informações

Demografia: acelera-se a descida das taxas de natalidade na Europa industrial

A baixa da natalidade que se vem verificando nos países desenvolvidos, nomeadamente nas nações da Europa Ocidental, continuou no ano de 1972, acelerando-se mesmo marcadamente nos Estados-Unidos, na Inglaterra e na Alemanha. Na Alemanha Federal, a taxa de natalidade registada a partir de 1972 não é sequer suficiente para assegurar o renovamento da população: inferior em 0,4 à taxa de mortalidade (11,3 contra 11,7).

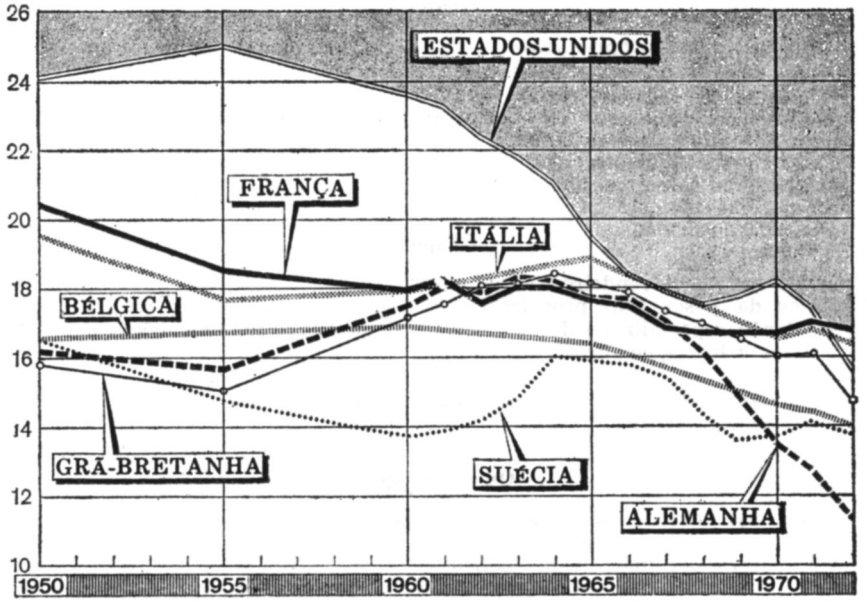
Quanto à República Democrática Alemã, apresenta-se ainda em pior situação: a sua taxa de natalidade desceu para 11,7% ou seja, dois pontos abaixo da taxa de natalidade (13,7 %). Esta queda parece explicar-se fundamentalmente pelo alargamento, a partir de Março de 1962, das possibilidades de aborto legal. A taxa de natalidade, que era de 13 % na altura em que se verificou esse abrandamento da legislação, desceu para 8,7 % em Outubro de 1972, estabelizando-se, depois, a partir do início de 1973.

Esta queda brusca fez Roland Pressat afirmar nunca ter visto «uma resposta tão significativa a uma modificação da legislação».

Regista-se, para terminar, que os países menos industrializados e menos urbanizados da Europa Ocidental continuam, pelo contrário, a apresentar condições de natalidade propícias a um ritmo relativamente rápido de progressão demográfica: em Espanha, na Irlanda do Norte e em Portugal, a taxa de natalidae mantêm-se próxima de 20 ‰.

Divórcio, meio social e situação da mulher em França

O Ministério da Justiça de França vem desde há alguns anos a empreender uma série de trabalhos sobre o fenómeno social do divórcio: explo-

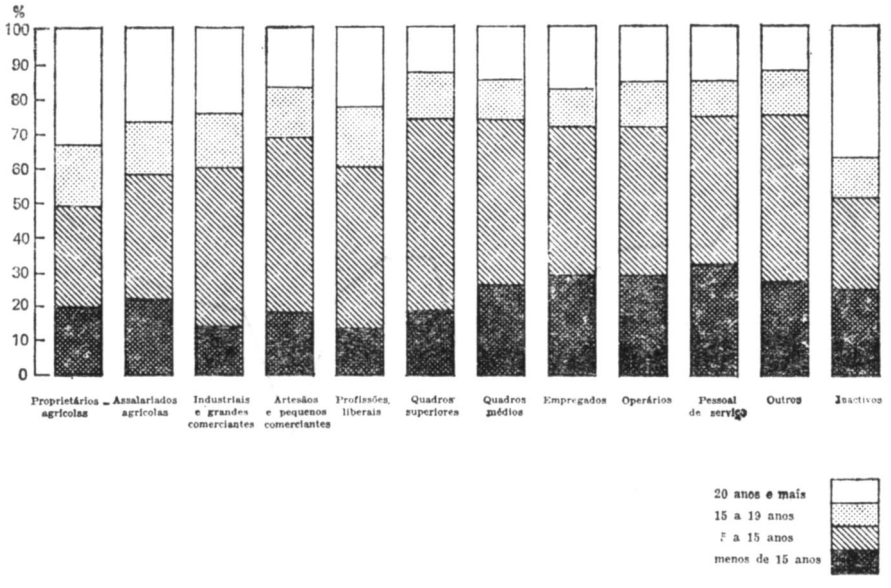


rações estatísticas de processos de pedidos de divórcio, inquéritos sobre a família e o divórcio, questionários junto dos divorciados, estudos de casos de recusa de divórcio. Recentemente, o n.º 53 de *Economie et Statistique* (Fevereiro de 1974), publicação do Institut National de la Statistique et des Études Économiques, inseriu um estudo intitulado «Divórce, milieu social et situation de la femme», da autoria de Anne Boigeol e Jaques Camille, que «se esforça por completar uma descrição estatística da população dos requerentes do divórcio com uma série de hipóteses que permitam melhor situar sociologicamente a população em causa». Eis algumas constatações registadas no texto: o divórcio entre os empregados e os quadros médios é mais frequente do que entre os operários e os quadros superiores. A análise diferencial do divórcio remete para a significação social do casamento segundo as classes sociais. Por exemplo, a uma precocidade do divórcio, observada em certas categorias socio-profissionais, corresponde uma precocidade do casamento.

Do estudo ressalta que o que pode explicar o divórcio são mais as diferenças entre as concepções do casamento e da família existentes nas diversas classes sociais do que as diferenças globais entre os casados e os divorciados. Assim, por exemplo, verifica-se uma homogamia segundo a idade e a origem geográfica ligeiramente menor no caso dos divorciados. Por outro lado, parece assumir grande importância a situação económica da mulher: o seu estatuto socio-profissional influencia o seu comportamento, tanto no referente ao divórcio, como no respeitante ao conjunto das suas outras atitudes familiares. O exercício de uma actividade profissional verificado mais frequentemente nas mulheres que se divorciam, implica uma maior autonomia no seio do casal, facto que exactamente se traduzirá por uma iniciativa feminina mais frequente, no sentido de se divorciarem, muito especialmente para o caso das categorias socio-profissionais elevadas.

Do estudo em referência, reproduzimos o gráfico e os quadros seguintes:

Repartição da duração do casamento segundo a categoria social

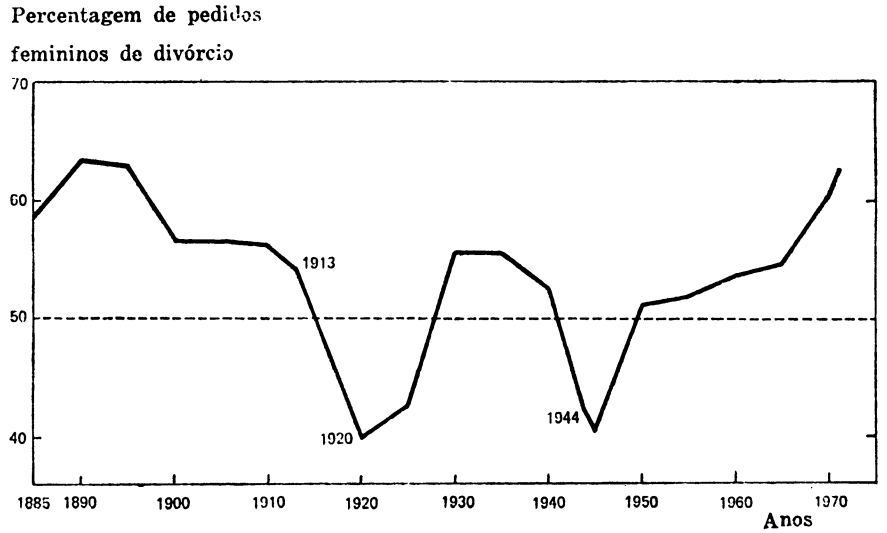


Taxas de divórcio e actividade da mulher, segundo a categoria socio-profissional do marido

Em ‰

Categoria sócio-profissional do marido	Divórcios	
	Casais em que a mulher trabalha	Casais em que a mulher não trabalha
Proprietários agrícolas	0,8	0,9
Assalariados agrícolas	8,4	1,7
Industriais e comerciantes	7,2	3,3
Quadros superiores e profissões liberais	15,2	3,9
Quadros médios	15,1	3,8
Empregados	18,6	5,1
Operários	12,8	2,9
Pessoal de serviço	19,0	5,2
Inactivos	8,1	0,8
Conjunto	10,8	2,6

Evolução dos pedidos femininos de divórcio em relação ao total de pedidos de divórcio, desde a lei de 1884 sobre o divórcio



Nos divórcios, os pedidos femininos são mais frequentes quando a mulher exerce uma actividade de nível elevado

Em %

Categoria socio-profissional da esposa	Proporção de pedidos femininos de divórcio
Proprietários agrícolas	68,1
Assalariados agrícolas	61,2
Industriais e comerciantes	66,3
Quadros superiores e profissões liberais	68,8
Quadros médios	66,3
Empregados	66,5
Operários	64,8
Pessoal de serviço	64,8
Inactivos	53,1
Conjunto	60,9

França: participação dos jovens nos Conselhos Municipais

A pequena cidade de Montignac (3 500 habitantes), situada no Sudoeste da França, empreendeu a primeira experiência de participação juvenil na gestão local. Cerca de 200 jovens, com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos, elegeram em 16 de Setembro de 1963, quatro de entre eles para estarem presentes no Conselho Municipal. Escolhidos independentemente de qualquer consideração política, esses quatro delegados serão ouvidos sobre os problemas a examinar pelos 23 membros do Conselho. Esta iniciativa-piloto é justificada com o argumento de dar aos jovens a possibilidade de assumirem as suas responsabilidades e de manifestarem os seus pontos de vista e poderá servir de teste ao abaixamento, actualmente em estudo, da idade de voto para os 18 anos.

Austrália: atraídos pelas empresas, muitos jovens abandonam o estudo

A expansão industrial na Austrália é tal que as ofertas de empregos ultrapassam de longe as procuras, sendo incontestável a facilidade de encontrar ocupação. Nos últimos tempos, os empresários têm procurado contratar cada vez mais estudantes, logo após a sua saída do ensino secundário. Para atrair esta categoria de estudantes e convencê-los a lançarem-se imediatamente no mundo do trabalho, os empresários oferecem promoções rápidas, férias mais longas e outras vantagens (vestuário de trabalho gratuito, viagens pagas, etc.).

Em consequência desta situação, diminui o ritmo de aumento dos candidatos às universidades; muitos estudantes preferem, com efeito, procurar directamente uma situação bem remunerada. A percentagem de aumento das inscrições na universidade, já muito fraca no ano passado, foi, por isso, apenas de 2% em 1973.

Estados Unidos: tendências recentes na escolaridade [1]

Os Estados Unidos são o país do mundo em que está mais generalizada a continuação dos estudos para além da idade dos 16 anos. Verificou-se, no entanto, uma ligeira diminuição de 1971 para 1972. O quadro seguinte indica, por grupos de idades e por sexos, a porporção de jovens inscritos em estabelecimentos de ensino («colleges» ou universidades), relativamente à população «*não institucionalizada*» (pessoas que não estão nem em asilos ou hospitais nem no exército).

	16-19 anos		20-21 anos		22-24 anos		16-24 anos	
	1971	1972	1971	1972	1971	1972	1971	1972
Homens	7 470	7 704	2 885	3 254	4 705	4 825	15 060	49,3
População total (em milhares)								
Percentagem dos estudantes .	74,6	71,8	38,9	37,3	25,3	21,3	51,2	15 783
Mulheres	7 662	7 823	3 522	3 703	5 326	5 330	16 480	38,8
População total (em milhares) .								
Percentagem dos estudantes	66,3	65,1	26,8	26,3	8,4	8,9	39,3	16 856

Relativamente aos homens, a baixa verificada entre 1971 e 1972 talvez possa ser motivada pela reintegração de militares na vida civil, os quais se mostram pouco dispostos, depois da desmobilização, a retomar os seus estudos. Efectivamente, é no caso dos homens com idades compreendidas entre os 22 e os 24 anos que a baixa se revela mais acentuada. Assinale-se, todavia, que a baixa também se verifica no caso das idades compreendidas entre os 16 e os 19 anos. No que se refere às raparigas, também elas frequentaram em menor número, no período em questão, a escola e a universidade, mas a baixa respectiva é muito menos acentuada que a verificada para os rapazes. No caso do grupo de idades dos 22-24 anos, a percentagem das estudantes aumentou mesmo ligeiramente.

Uma parte apreciável dos jovens estuda, aliás, em tempo parcial, trabalhando no tempo restante para se manter. O quadro seguinte indica, para 1969 e 1972, a proporção de estudantes que, tendo terminado os estudos secundários (pelos 18 anos), se inscreveram em estabelecimentos de ensino superior e, relativamente a estes, a porporção de estudantes em tempo parcial.

Proporção (em %) dos estudantes do ensino secundário inscritos no «collège»	1969	1972
Rapazes	46	39
Raparigas	27	27
Proporção dos estudantes de «collège» inscritos em tempo parcial		
Rapazes	10	13
Raparigas	14	15

Como se vê pelo quadro, é forte a baixa verificada — entre 1969 e 1972 — na proporção dos estudantes que prosseguem os seus estudos depois dos 18 anos, contando-se entre estes um pouco mais de estudantes em tempo parcial. No caso das raparigas, pelo contrário, esta proporção quase não se alterou.

No caso dos rapazes, como no das raparigas, verifica-se que os estudantes trabalham cada vez mais frequentemente, quer em tempo completo, quer em tempo parcial. Eis as taxas de actividade, para dois grupos de idades, registadas nos últimos anos:

Grupos de idades e sexo	1965	1968	1971	1972
20-21 anos				
Homens	42,8	44,1	46 8	45,3
Mulheres	32,5	39,1	44,5	43,6
22-24 anos				
Homens	56,2	62,1	58,3	62,5
Mulheres	54,2	53,2	53,7	62,9

No caso do grupo de idades entre os 20 e os 21 anos, a actividade aumenta de 1965 a 1971 e baixa ligeiramente em 1972. A diferença entre os valores registados para os homens e para as mulheres, que era significativa em 1965, torna-se cada vez menor a partir desta data.

Para o grupo de idades dos 22-24 anos, a evolução apresenta-se muito menos nítida no tocante aos homens. O alto nível verificado em 1968 pode ter que ver com a guerra do Vietnam, a qual levou muitos jovens a matricularem-se na universidade para, desse modo, evitarem a mobilização. Relativamente às mulheres, a evolução é pouco acentuada de 1965 a 1971, mas a proporção das activas aumentou repentinamente em 1962, ultrapassando mesmo os valores registados para os homens (consequência da propaganda para a emancipação da mulher?).

Os valores apresentados referem-se ao conjunto da população, mas é claro que existem grandes diferenças entre grupos étnicos e entre regiões.

No quadro seguinte registam-se as proporções dos estudantes segundo a etnia e o sexo, em Outubro de 1962, para o grupo de idades dos 16 aos 24 anos.

	Brancos	Origem hispânica	Negros e outras minorias
Homens	49,5	41,0	47,6
Mulheres	38,8	32,6	38,8

As desigualdades são mais visíveis, se considerarmos as marcadas diferenças da taxa de actividade e sobretudo de desemprego entre os três grupos étnicos; veja-se o quadro seguinte:

	Não-estudantes			Estudantes		
	Brancos	Hispânicos	Negros e outras minorias	Brancos	Hispânicos	Negros e outras minorias
Homens						
Taxa de actividade ...	46,2	34,0	30,9	93,6	94,5	87,3
Taxa de desemprego ...	10,7	16,1	24,3	8,9	13,6	13,8
Mulheres						
Taxa de actividade ...	40,7	41,8	21,1	63,0	49,6	59,8
Taxa de desemprego ...	11,8	21,1	32,3	9,8	12,3	24,9

Para os estudantes Brancos dos dois sexos registam-se taxas de actividade muito mais elevadas que as verificadas entre as outras etnias. Assim se explica, em parte, a sua mais forte escolaridade. Os Negros, e em particular as mulheres, estão, sob este ponto de vista, mais diminuidos do que os Hispânicos.

As mesmas diferenças se verificam relativamente aos não-estudantes distinguindo-se, neste caso, os Hispânicos do conjunto, pelo nítido contraste entre a forte actividade dos rapazes e a actividade relativamente fraca das raparigas.

Este facto, que pode revelar um condicionamento cultural, sugere que

a minoria hispânica está ainda longe de se identificar inteiramente com o modo de vida americano.

As estatísticas que apresentamos devem, todavia, ser interpretadas com prudência, dado que a distinção entre estudantes e não-estudantes é muito mais fluida nos Estados Unidos que na Europa. Não é raro um jovem retomar os seus estudos depois de ter trabalhado durante vários anos para juntar algum dinheiro. Por outro lado, é possível obter um diploma de ensino médio ou superior, seguindo apenas cursos de verão.

Federação Sindical Mundial — 8.º congresso mundial

Com a presença de delegados e observadores de 83 países, realizou-se em Varna, na Bulgária, de 15 a 22 de Outubro de 1963, o VII congresso mundial da Federação Sindical Mundial (FSM). Entre os observadores contavam-se representantes da FAO, da UNESCO e do BIT.

No decurso do debate, em sessão plenária, dedicado ao relatório do secretário geral as diversas delegações expuseram a situação dos sincatos dos respectivos países e regiões. As diversas missões reuniram-se para examinar dois documentos principais, assim como um grande número de resoluções que foram posteriormente aprovadas pelo congresso.

Daqueles dois documentos, um tratava da política internacional — considerada, nomeadamente, quanto ao papel dos sindicatos no desenvolvimento económico e social — e o outro dum projecto de carta dos direitos dos sindicatos.

No primeiro, tal como foi finalmente adoptado, o Congresso chama a atenção para o facto de os sindicatos se apresentarem cada vez mais capazes de defender os interesses dos seus membros e para o da corporação sindical internacional, que se está a desenvolver, dever ser encorajada, em face do progresso crescente das empresas multinacionais. Neste documento, os sindicatos eram ainda convidados a desempenhar um papel mais activo no desenvolvimento económico e social, no sentido de fazerem com que os benefícios sejam repartidos tão amplamente quanto possível pelo conjunto da população. O BIT foi mencionado como sendo um dos organismos no âmbito dos quais os sindicalistas de todas as partes do mundo poderiam cooperar com essa finalidade.

Na Carta dos Direitos dos Sindicatos, a FSM reafirmou a sua vontade de promover os direitos já consagrados de todos os trabalhadores: direito ao trabalho, direito aos ócios (com vencimentos que permitam gozar plenamente os períodos de descanso), direito de participação política, direito a usufruirem de boas condições de trabalho e de viverem num meio salubre, direito à educação e à formação, direito, enfim, de constituirem sindicatos. Diversos capítulos da Carta foram dedicados a grupos específicos, nomeadamente trabalhadores jovens, trabalhadores migrantes, trabalhadores agrícolas, engenheiros, quadros e técnicos. A Carta convida ainda o BIT a elaborar novas normas internacionais, com vista a defender os direitos dos trabalhadores.

Quanto às resoluções aprovadas pelo Congresso, referem-se a questões diversas, nomeadamente: pedido de convocação pelo BIT, em 1975, duma conferência sobre os direitos das mulheres trabalhadoras; incremento da acção internacional contra o *apartheid;* restabelecimento dos direitos sindicais em todos os lugares onde teham sido suprimidos; pedido de um programa de actividades da FSM destinado a melhorar as condições e a situação dos engenheiros, quadros e técnicos.

Aumento de desemprego no Mercado Comum

A Comissão do Mercado Comun prevê que o número de desempregados nos países do Mercado Comum possa atingir quatro milhões em 1974, como consequência das reduções no fornecimento de petróleo. Habitualmente, o número total de desempregados é da ordem dos dois milhões. Um membro da Comissão de Bruxelas, encarregado dos assuntos sociais, declarou recentemente que os trabalhadores imigrados — cujo número é de seis milhões nos países da CEE — não beneficiavam de uma

[1] Segundo K. Michelotti, «Young Workers in school and out», in *Monthly Labour Review,* Setembro de 1973.

protecção social suficiente e estavam ameaçados pelos depedimentos que resultarão da crise do petróleo e do abrandamento do ritmo do crescimento económico.

Investimentos árabes nos Estados-Unidos

Tem-se posto frequentemente a questão de saber qual será a utilização que os países árabes produtores de petróleo pretendem fazer da enorme quantidade de dólares que acumulam, desde que aumentaram os rendimentos do petróleo. Contudo, actualmente parece que o sector imobiliário nos Estados Unidos está em condições de lhes oferecer interessantes colocações e foi já anunciada a primeira operação envolvendo investimentos da ordem dos 250 milhões de dólares. Com efeito, a sociedade imobiliária Enck, Holkingsworth and Reveau, Louisville, Kentuccky, anunciou que aceitara investir fundos por conta de uma sociedade internacional de investimentos, cujas operações são essencialmente alimentadas por capitais provenientes do Líbano e do Kuwait. E precisou que um grupo de investidores da região do Golfo Pérsico está também envolvido nesta transacção.

Nos termos deste acordo, a Enck Holkinsworth investirá um montante de 50 milhões de dólares em bens imobiliários, montante este acompanhado de uma linha de crédito de 200 milhões de dólares, devendo o investimento global atingir, portanto, 250 milhões de dólares.

Aos investidores árabes foram garantidas taxas de rendimento satisfatórias, estando a empresa americana, por seu turno, em condições, graças a este tipo de colocação privada, de solicitar empréstimos num montante importante, a fim de ampliar a base do investimento incial.

Criação do comité consultivo dos consumidores europeus

Foi criado recentemente o Comité Consultivo dos Consumidores Europeus. Composto por quinze representantes das seis maiores organizações europeias de consumidores e ainda por mais dez personalidades particularmente competentes na matéria, terá por principal função «propor, à luz das experiências realizadas em cada país, documentos de reflexão que servirão de base à polícia comunitária».

Actualmente, o Comité debruça-se já sobre um primeiro documento, cujo conteúdo trata da informação sobre os produtos através de etiquetas e da protecção jurídica ao consumidor.

França — a educação sexual no ensino oficial

A educação sexual entrou oficialmente no ensino francês a partir de Janeiro de 1974. Esta medida, várias vezes adiada nos últimos dez anos, foi anunciada no dia 23 de Julho do ano passado pelo ministro da educação, através duma circular que anunciava as suas linhas fundamentais. «Já não é possível [dizia o ministro, algum tempo depois, a deputados] manter os alunos na ignorância ou afastados das questões da sexualidade com as quais são postos, desde muito cedo, em confronto pelo meio social».

Todavia, tendo em conta as reacções e as reservas de certas categorias de pais, que não desejam entregar os filhos à influência de concepções que diferem das suas, a reforma posta em prática é cautelosa e flexível. Ela assenta, fundamentalmente, na distinção entre «informação sexual», por um lado, e «educação sexual», por outro. A primeira será «científica e gradual». Logo a partir do ensino elementar, de maneira não sistemática, os professores poderão referir, quando as perguntas das crianças o justificarem, certos aspectos da reprodução. No tocante ao ensino secundário, a revisão de programas permitirá, no decurso dos próximos anos, tornar mais completo o estudo do funcionamento do corpo humano. Só, todavia, na sexta e na quinta classes terão lugar as inovações mais importantes do ponto de vista da formação sexual. Assim, os professores de biologia deverão destacar, no quadro de cursos dedicados ao «reconhecimento do ser vivo», os três grupos de funções (nutrição, relação e reprodução), negligenciar qualquer deles.

No entanto, se a «informação sexual», que reveste um carácter puramente científico, é evidentemente obrigatória, o mesmo já não sucede

com a «educação sexual», a qual terá lugar em reuniões fora das horas de aulas. A sua finalidade é «preparar o aluno para uma conduta livremente assumida e para o exercício da sua responsabilidade». No primeiro ciclo, apenas serão admitidos os alunos a isso autorizados pelos pais; no segundo ciclo, serão todos automaticamente admitidos, salvo oposição manifestada por escrito pelos pais. As reuniões poderão ser organizadas por iniciativa dos alunos, dos pais ou da administração dos estabelecimentos de ensino. Com o objectivo de desarmar os críticos do projecto, foi mesmo prevista a diversificação de reuniões, conforme as convicções morais, éticas ou religiosas das famílias.

Muitos dos participantes num debate promovido pelo Ministério para discussão do projecto, contestaram o carácter artificial da distinção introduzida entre «informação» e «educação». O ministro, que pareceu aceitar estas observações, insistiu, no entanto, no facto de não ser possível ir mais longe, «no estado actual das instituições e das mentalidades».

Argentina: uma nova lei universitária em preparação

Um projecto de lei universitária será em breve remetido para discussão ao Congresso argentino. O Ministério da Educação e da Cultura já fez chegar ao secretariado-geral da Presidência um documento intitulado «Bases para uma lei universitária», a partir do qual será redigido o projecto definitivo do Governo.

O projecto governamental, segundo se pensa, segue as linhas gerais da lei votada pelo Congresso em 1974 e que vigorou até 1955. Com a queda do peronismo nesta última data, voltou-se à situação anterior, até 29 de Junho de 1966, data em que o presidente em exercício, o general Ougania, decretou o controle das universidades. Mais tarde, em 1967, o mesmo presidente sancionou uma lei que alterava radicalmente a organização das universidades, diminuindo a participação dos estudantes nos organismos de gestão. Desde então, a maioria dos movimentos estudantis opôs-se, por vezes violentemente, às medidas tomadas pelos sucessivos governos.

Para atenuar o desentendimento, Gustavo Malek, ministro da educação no governo do presidente Lanusse, preparou um projecto de lei universitária, que todavia não chegou a ser promulgado. Após as eleições que deram a vitória ao candidato peronista M. Campora o Dr. Jorge Taiane, ministro da Educação, ordenou o controle das universidades, anunciando a preparação duma nova lei, cuja redacção foi terminada após a subida à presidência do general Perón.

O projecto actual segue, como atrás se disse, as grandes linhas da lei peronista de 1966. Concede ao governo um maior poder (indirecto) sobre a Universidade e reforça também o papel dos reitores; aumenta a representação estudantil; introduz um ensino político e prevê a possibilidade de demissão de todos os professores, titulares e assistentes. Segundo o jornal *La Nacion*, de Buenos Aires, o projecto governamental prevê a renovação do corpo docente e a introdução de novas disciplinas, ainda para este ano académico.

Um grupo de deputados radicais elaborou, entretanto, um outro projecto, em que se reclama, nomeadamente: a eleição das autoridades académicas, a autonomia dos professores e proibição de o exército penetrar no recinto universitário sem ordem escrita das autoridades judiciárias ou a pedido expresso das autoridades académicas. O projecto inclui ainda o progressivo desenvolvimento de um ensino permanente para adultos e o agrupamento dos professores e dos estudantes em duas organizações distintas e únicas.

Preocupações sociais comuns à maior parte dos países da OCDE

Na reunião, a nível ministerial, do Conselho da OCDE, que teve lugar de 20 a 22 de Maio de 1970, os participantes, ao examinarem o tema «O crescimento económico: objectivos quantitativos e qualitativos para os anos 70», acentuaram que «o crescimento económico não é em si mesmo um fim, mas é antes um meio para

criar melhores condições de vida» e que há que dar maior importância aos seus aspectos qualitativos e definir as políticas a seguir relativamente às grandes opções económicas e sociais por que deve reger-se a aplicação dos recursos crescentes.

O programa de trabalho aprovado ulteriormente estabeleceu que uma iniciativa importante para o fim em vista consistia em definir um conjunto de indicadores sociais subordinados aos seguintes objectivos gerais:

— identificar as reivindicações, aspirações e problemas sociais que contituem ou virão a constituir provavelmente preocupações importantes nos processos de planificação socio-económica;

— avaliar e registar a evolução e a importância relativa dessas preocupações e, deste modo, centrar melhor e clarificar as discussões públicas e as tomadas de decisão pelos governos.

Esta tarefa foi confiada ao Comité de la Main-d'Oeuvre et des Affaires Sociales, o qual criou um grupo de trabalho especial para o efeito. Esse grupo decidiu que o seu primeiro trabalho fosse o estabelecimento de uma lista de preocupações sociais comuns à generalidade dos países membros, lista que deveria servir de base à segunda fase, mais analítica, do programa acerca dos indicadores sociais.

É essa lista, já aprovada pelo Conselho da OCDE, que a seguir se transcreve:

Lista das preocpações sociais comuns à maior parte dos países da OCDE

PREOCUPAÇÕES SOCIAIS FUNDAMENTAIS	SUBDIVISÕES
A SAÚDE	
A-1 A probabilidade de viver uma vida com saúde	
A-2 Efeitos da doença nos indíviduos	A-2-a Melhoria da qualidade dos serviços de saúde, com o objectivo de reduzir o sofrimento e de restabelecer as possibilidades de actividade
	A-2-b Igualdade de acesso aos cuidados médicos
	A-2-c Possibilidade dada aos que apresentem deficiências crónicas e sofram invalidez permamente, de uma maior participação na vida social
DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE PELA AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS	
B-1 Aquisição pela criança dos conhecimentos, métodos e valores necessários ao desenvolvimento da sua personalidade e ao exercício futuro das suas responsabilidades de cidadão	B-1 a Resultados escolares das crianças provenientes de meios desfavorecidos
	B-1-b Esforços de educação, formação e reinserção social, a favor dos diminuídos físicos e mentais

PREOCUPAÇÕES SOCIAIS FUNDAMENTAIS	SUBDIVISÕES
	B-1-c Proporções das outras crianças que alcançam o nível mínimo de conhecimentos necessário para o desenvolvimento da sua personalidade
B-2 Meios disponíveis para assegurar o desenvolvimento da personalidade pela educação e utilização efectiva que deles se faz	
B-3 Conservação e desenvolvimento em cada ser humano do conhecimento dos métodos e da disponibilidade necessários para lhe permitir, se assim o desejar, participar nas melhores condições na vida económica.	
B-4 Satisfação experimentada pelo indivíduo, no decurso do processo de educação	
B-5 Preservação e enriquecimento da herança cultural, enquanto elemento da qualidade de vida dos membros dos diversos grupos sociais	
O EMPREGO E A QUALIDADE DA VIDA PROFISSIONAL	
C-1 Possibilidade, para aqueles que o desejarem, de acesso a um emprego bem remunerado	
C-2 Qualidade da vida de trabalho	C-2-a Condições de trabalho
	C-2-b Remunerações e outras regalias
	C-2-c Tempo consagrado ao trabalho, às obrigações derivadas do trabalho, às férias pagas
	C-2-d Perspectivas de carreira
	C-2-e Conflitos sociais
C-3 Satisfação obtida pelo indíviduo na vida profissional	C-3-a Condições de trabalho
	C-3-b Remunerações e regalias complementares
	C-3-c Tempo consagrado ao trabalho, às obrigações derivadas do trabalho e às férias pagas
	C-3-d Segurança de emprego

PREOCUPAÇÕES SOCIAIS FUNDAMENTAIS	SUBDIVISÕES
	C-3-e Perspectivas de carreira
	C-3-f Relações no trabalho: participação dos assalariados
	C-3-g Hierarquização, autonomia e interesse do trabalho
O TEMPO E OS ÓCIOS	
D-1 Possibilidades de escolher de facto a utilização do seu tempo	D-1-a Flexibilidade das formas de distribuição do tempo de trabalho
	D-1-b Possibilidade dos ócios e qualidade da sua utilização
	D-1-c Tempo disponível para a cultura pessoal, relações familiares e actividades sociais de participação
BENS E SERVIÇOS DISPONÍVEIS	
E-1 Possibilidade de dispôr pessoalmente de bens e de serviços	
E-2 Número de indivíduos materialmente desfavorecidos	
E-3 Igualdade de acesso aos bens e aos serviços	E-3-a Grau de pobreza relativa
	E-3-b Distribuição dos proventos e da riqueza
E-4 Qualidade, variedade e acessibilidade dos bens e serviços, públicos e privados	E-4-a Informação do consumidor
	E-4-b Satisfação obtida com bens e serviços consumidos relativamente à sua qualidade, variedade e acessibilidade
E-5 Protecção dos indivíduos e das famílias contra os riscos económicos	E-5-a Modos de protecção contra as faltas de recursos, previsíveis ou não
	E-5-b Extensão da ajuda proporcionada aos indivíduos e famílias, quando algumas despesas imprescindíveis aumentam de forma substancial
	E-5-c Sentimento de segurança relativamente aos riscos económicos
MEIO AMBIENTE	
F-1 Condições de habitação	F-1-a Custo e disponibilidade de habitações apropriadas

PREOCUPAÇÕES SOCIAIS FUNDAMENTAIS	SUBDIVISÕES
	F-1-b Dimensão e condições de conforto dos alojamentos
	F-1-c Distância da habitação relativamente aos diversos serviços e ao local de trabalho
	F-1-d Vizinhança e atractivos oferecidos pelo meio ambiente
F-2 Exposição da população a matérias poluentes nocivas e/ou desagradáveis	F-2-a O ar
	F-2-b O ruído
	F-2-c A difusão e persistência de matérias poluentes
	F-2-d A água
	F-2-e O solo
F-3 Vantagens obtidas pela população com a utilização do meio ambiente físico e com a sua valorização	F-3-a Gestão do solo
	F-3-b Gestão da água
	F-3-c Organização da paisagem urbana e rural
	F-3 d Condições de habitação
	F-3-e Luta contra a poluição
	F-3-f Diminuição dos «encombrements»
	F-3-g Acessibilidade dos serviços colectivos
	F-3-h Contribuição do meio ambiente para o descanso e o recreio
	F-3-i Outros aspectos da vida urbana e rural
SEGURANÇA DAS PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	
G-1 Formas de violência aberta ou dissimulada sofridas pelo indivíduo	G-1-a Relativamente às pessoas
	G-1-b Relativamente aos bens
	G-1-c Implicando a percepção de perigo para a segurança pública
G-2 Carácter equitativo e humano da aplicação das leis	G-2-a Na aplicação do direito penal
	G-2-b Na aplicação do direito civil
	G-2-c Nas práticas administrativas

PREOCUPAÇÕES SOCIAIS FUNDAMENTAIS	SUBDIVISÕES
G-3 Confiança na forma como é ministrada a justiça	
PARTICIPAÇÃO NA VIDA COLECTIVA	
H-1 O grau de desigualdades sociais	H-1-a Grau de desigualdade entre camadas sociais
	H-1-b Amplitude da mobilidade social
	H-1-c Situação dos grupos desfavorecidos
H-2 Participação na vida colectiva e nos processos de decisão	

Universidade de Estrasburgo II — um inquérito sobre as condições de vida dos estudantes

Após dois anos de trabalho, a Universidade de Estraburgo II (ciências humanas) acaba de publicar os resultados de um inquérito (promovido durante o ano lectivo de 1971-72) acerca do seu modo de vida, das fontes de sustento, dos ócios e das preocupações dos seus estudantes.

Assíduo, aplicado, com bons resultados nos exames, cioso da responsabilidade profissional dos seus estudos, mas, por outro lado, lutando com graves dificuldades pecuniárias e materiais, tal é a imagem genérica que o inquérito em causa nos dá do estudante da Universidade de Estrasburgo II, a qual contava, no momento do inquérito, cerca de 6 000 alunos, ou seja, aproximadamente um terço do conjunto dos estudantes inscritos nas três Universidades da capital alsaciana. Os estudantes do primeiro ciclo (os dois primeiros anos) representam mais de 40% do total. Trata-se, pois, de uma população particularmente jovem: um estudante em cada cinco tem menos de vinte anos, metade têm entre vinte e vinte cinco anos. Um estudante em cada cinco, aproximadamente, pertence ao meio operário (duas vezes mais do que há dez anos). Cerca de 30% são originários de famílias de quadros superiores ou de membros de profissões liberais. O recrutamento é sobretudo regional: quatro em cada cinco alunos pertencem a famílias residentes na Alsácia.

A grande maioria dos estudantes (85 %) não muda de curso, verificando-se, portanto, uma estabilidade nos estudos. Dois terços dos jovens tencionam vir a dedicar-se ao ensino, o que não surpreende, aliás, numa Universidade de dominante literária. Aqueles que tencionam vir a leccionar são quase unânimes em considerar que os seus estudos actuais estão directamente ligados com a profissão em vista. Assim sucede também, relativamente às respectivas profissões, com três quartos dos que não se destinam ao ensino. São muito poucos os alunos que afirmam frequentar a Universidade sem preocupações de futura rendibilidade profissional.

Passando a outro tipo de constatações, o inquérito revela que os estudantes vêem-se obrigados, em número significativo, a procurar uma actividade remunerada que os ajude a custear as suas despesas: 43 % trabalham mais de vinte e quatro horas por semana e, destes, um em cada quatro trabalha de noite. A situação financeira dos estudantes é geralmente precária, particularmente no caso dos jovens saídos do meio operário: 70 % dispõem de menos de 500 francos por mês. A sua situação é realmente difícil dado

que gastam em média com o alojamento 230 francos e 120 francos com a alimentação (frequentando apenas restaurantes universitários). Com o dinheiro restante, o estudante tem ainda de pagar o seu vestuário, os livros, as deslocações à cidade e as viagens de fim de semana a casa da família: o inquérito revela, com efeito, que o estudante mantém geralmente relações muito estreitas com a família.

No caso de metade dos estudantes que trabalham, a actividade que exercem não tem relação com os estudos (guarda-nocturno, lavador de carros, criado, etc.).

A política e o sindicalismo não atraem significativamente os alunos: apenas 6 %. Dois estudantes em cada cinco não lêem qualquer jornal e quanto à televisão nota-se uma audiência ainda menor.

Pelo contrário, os estudantes interessam-se muito frequentemente pelo desporto (44 %) e em grau menor pelas actividades culturais (26 %), 40 % vão ao cinema duas vezes por mês e 19 % mais do que uma vez por semana. O teatro, a música e a pintura são citados com pouca frequência: metade dos estudantes ignoram quase totalmente estas manifestações culturais.

Portugal: reorganização do I. A. C.

O Decreto-Lei n.º 613/73, de 15 de Novembro, dimanado do Ministério da Educação Nacional, reorganizou o Instituto de Alta Cultura.

Na linha das directrizes que lhe foram cometidas pela recente lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional, são agora consideravelmente ampliadas e reforçadas as estruturas do Instituto, tendo em vista não só intensificar a difusão da língua e da cultura portuguesa no estrangeiro, como também corresponder ao desenvolvimento das actividades de investigação científica e contribuir para a formação de pessoal altamente qualificado no País.

Igualmente se pretende criar as condições necessárias a uma activa colaboração do Instituto na formulação e execução da política científica nacional, no âmbito da Presidência do Conselho.

Nos termos do articulado do diploma, o Instituto de Alta Cultura é uma pessoa colectiva de direito público que faz parte do Ministério da Educação Nacional e à qual incumbe:

a) Contribuir para a formulação da política científica e promover, fomentar e coordenar as actividades de investigação nos vários domínios da ciência, designadamente através da promoção de intercâmbio científico, da criação, manutenção e auxílio a institutos e outras unidades de investigação e, ainda, da concessão de bolsas e subsídios de estudo destinados ao fomento da investigação e à formação de investigadores e docentes do ensino superior;

b) Promover e fomentar o ensino e a difusão da língua e cultura portuguesa nas Universidades e instituições congéneres estrageiras.

Para prossecução destes objectivos, compete especialmente ao Instituto, no campo da investigação científica, realizar estudos e formular propostas com vista ao planeamento da investigação do âmbito do Ministério da Educação Nacional, e actuar como orgão dinamizador da investigação no ensino superior, mediante a criação e apoio a institutos inter-universitários e interdisciplinares e de centros de investigação. No campo da difusão da língua e cultura portuguesa, incumbe-lhe fomentar o seu estudo e conhecimento no estrangeiro, mediante a criação de institutos ou centros de cultura portuguesa, em coordenação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, assegurar ou apoiar as actividades dos leitores de língua e cultura portuguesa, patrocinar e subsidiar reuniões e missões no País ou no estrangeiro e promover ou estimular a tradução de obras e trabalhos que sejam expressão da vida cultural portuguesa.

O Instituto tem como orgão um presidente (escolhido pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro da Educação, de entre os professores universitários), o conselho geral, o conselho consultivo e o conselho administrativo, além dos seguintes serviços: Divisão de Investigação Científica; Divisão de Bolsas de Estudo e Intercâmbio Científico; Difusão da Língua e Cultura Portuguesa; Divisão de Publicações; Divi-

são de Património e Finanças e Repartição Administrativa. A coordenação dos serviços do Instituto e a sua articulação com os conselhos geral e consultivo serão asseguradas por um secretário, de acordo com a orientação do presidente.

Portugal: as remessas dos emigrantes na balança de pagamentos da Metrópole

Segundo o relatório do Banco de Portugal, a balança de pagamentos da Metrópole registou, em 1973, um saldo positivo de 8 403 milhares de contos, superior em 838 milhares — ou seja: em 11% — ao verificado em 1972. Todavia, este aumento resultou unicamente da elevação do saldo das transacções com o Ultramar, porquanto, no saldo das transacçõse com o Estrangeiro, houve uma diminuição de 20,6 %.

O *déficit* da balança comercial sofreu, de 1972 para 1973, um agravamento de cerca de 10 % (-1 610 milhares de contos), resultante do desfavorável comportamento das transacções com o estrangeiro (agravamento de cerca de 20 %, correspodendo a 3 581 milhares de contos), o qual só parcialmente foi compensado pela melhoria do *superavit* nas transacções com o Ultramar (+ 1 971 milhares de contos).

Quanto à balança dos invisíveis, o acréscimo do *superavit* foi bastante menor em 1973 (+ 5,9 %) do que o fora em 1972 (+ 27,2%), o que resultou basicamente de o saldo da balança com o Ultramar ter passado de positivo a negativo, equivalendo a uma deterioração de 1 656 milhares de contos, enquanto o da balança com o Estrangeiro apresentava uma melhoria de 12,1% (+ 3 375 milhares de contos). Foram os acréscimos dos saldos positivos das «transferências privadas», essencialmente constituídas por *remessas de emigrantes* (+ 3 278 milhares de contos), dos «rendimentos de capitais» (+ 1 531 milhares de contos) e do «turismo» (+ 773 milhares de contos, que permitiram, apesar de tudo, uma melhoria do saldo da balança de invisíveis, ainda que significativamente mais reduzida que no ano anterior.

Nos anos de 1971 a 1973, o saldo positivo das «transferências privadas» (como já se disse, basicamente *remessas de emigrantes)* subiu de *19 103* milhares de contos em 1971, para *23 778* milhares de contos em 1972, e *27 056* milhares de contos em 1973. Recorde-se que, anteriormente se haviam registado os seguintes saldos: em 1968, *9 036* milhares de contos; em 1969, *11 977* milhares de contos; em 1970, *14 567* milhares de contos. Estes números tornar-se-ão mais significativos, se os compararmos, por exemplo, com os saldos *negativos* das «transacções de mercadorias» — os quais foram de: *18 084* milhares em 1971, *16 184* milhares de contos em 1972 e de *17 794* milhares de contos em 1973 — ou com saldos *positivos* do «turismo — a saber: *6 102* milhares de contos em 1971, *7 123* milhares de contos em 1972 e *7 896* milhares de contos em 1973.

História da imprensa espanhola (1820-1836) — «mesa redonda» em Pau (França)

Organizada pelo Centro de Investigações Hispânicas da Faculdade de Letras da Universidade de Pau (França) realizou-se, nos dias 12 e 13 de Abril do corrente ano, uma «mesa redonda» sobre a história da imprensa espanhola, em que estiveram presentes cerca de 60 participantes, na sua grande maioria docentes universitários de Espanha e França.

Esta «mesa redonda», realizada no quadro da institucionalização de um «seminário dos sécs. XIX e XX» que o Prof. Manuel Tuñnon de Lara, professor de origem espanhola em Pau, vem desde há anos promovendo revestiu-se de grande interesse, como pode ver-se pelo programa que se transcreve no final desta nota.

Depois de, na sessão de abertura, presidida pelo Presidente da Universidade de Pau, terem sido enunciados os objectivos destes «encontros», que se realizam já há quatro anos (pôr em contacto docentes e investigadores interessados nos problemas da Península, nomeadamente na história espanhola), iniciou-se a apresentação das comunicações que na generalidade suscitaram o interesse dos participantes e produziram vivos debates.

As comunicações abrangeram um campo muito vasto. A primeira parte dos trabalhadores centrou-se dominantemente nos problemas metodológicos da história da imprensa. Durante a «mesa redonda», foram apresentadas comunicações que ora se centravam em análises demográficas, ora implicavam interpretações generalizadas sobre os vários temas inclusos.

Além dos participantes que apresentaram comunicações, intervieram activamente nos trabalhos o Prof. Simean (Bordéus), grande especialista da história espanhola e que se revelou conhecedor interessado das coisas portuguesas, o Prof. Manuel Tuñon de Lara e outros.

De assinalar é ainda a participação de um investigador português, o historiador César Oliveira, que apresentou uma comunicação com o título «A imprensa operária na sociedade portuguesa (contribuição para o estudo da imprensa portuguesa oitocentista)».

Análise Social, de cuja redacção o Dr. César Oliveira faz parte, inserirá num dos seus próximos números essa sua comunicação que, aliás, vai ser publicada em Espanha e em França.

Dado o interesse e a utilidade da colaboração entre investigadores de vários países relativamente à história peninsular, é de esperar que futuramente haja maior participação de especialistas portugueses nesta iniciativa. O caminho ficou, de resto, desde já aberto. A comunicação apresentada suscitou interesse na generalidade dos presentes e, sobretudo, proporcionou um princípio de colaboração, que urge agora activar e alargar.

TABLE RONDE SUR L'HISTOIRE DE LA PRESSE ESPAGNOLE

1820 — 1936

Vendredi 12 avril:

8 h 30: Réunion du Bureau des Colloques du Séminaire à la Salle du Conseil de la Faculté des Lettres.

10 h : Séance d'ouverture.

10 h 30: Communication du Professeur MARRAST (Paris IV: Sorbonne): «La presse comme source et sujet d'histoire» Discussion.

11 h 30: Professeur Maria del Carmen GARCIA NIETO (Universidad Complutense de Madrid): «Experiencias metodológicas de trabajo con la prensa diaria de Barcelona de 1895 a 1910» Discussion.

15 h : Professeur RESSOT (Paris IV): «Le groupe de Recherches sur la presse espagnole contemporaine de l'Université de Paris-Sorbonne: perspectives méthodologiques et programmes» Discussion.

16 h : Professeur GIL NOVALES (Universidad Autonoma de Barcelona): «Prensa en el trieno liberal 1820 - 23».

Professeur BOTREL (Université de Rennes): «Estadística de la prensa madrileña de 1858 a 1971 segun los registros de la contribución industrial».

Professeur ELORZA (Universidad Complutense de Madrid): «Para un análisis quantitativo de la prensa madrileña (1840-1875); límites y perspectivas».

Santiago José CASTILLO (Paris): «La prensa política de Madrid: Notas para el análisis de las estadísticas del timbre (1873-1887)».

Samedi 13 avril:

8 h 30: Réunion du Bureau des Colloques du Séminaire.

10 h : Professeur GARMENDIA (Bordeaux): «Notas para um estudio de la prensa carlista (1868-1876)».

Professeur BACHOUD, (Paris): «Les inte-lectuels et les campagnes du Maroc (1909-1913)».

Professeur MAINER (Universidad Autonoma de Barcelona): «Prensa y literatura en los comienzos del siglo XX».

Professeur MARTINEZ BERNICOLA: «Aproximación a una metodología del uso de la prensa para investi-

gación de conflictos laborales».

14 h 30: Professeur CHASTAGNERET: «Un exemple de Revue scientifique: *La Revista Minera* de 1850 à 1914».

César OLIVEIRA (Lisbonne): «A imprensa operária na sociedade portuguesa (contribuição para o estudo da imprensa portuguesa oitocentista).

Professeur DESVOIS (Angers): «Las bases empresariales de la prensa de Madrid en 1931».

Ciências sociais e humanas: calendário de reuniões internacionais

1974

RIO DE JANEIRO

Internacional Federation of Fertility Societies: Eight World Congress of Fertility and Sterility.

Dr. C. I. M. Swyer, Secretary-General IFFS, University College Hospital. Londres WCI (Inglaterra)

Maio — BANGUECOQUE

Comissão Económica das Nações Unidas para a Ásia e o Extremo Oriente: Expert group meeting on social and psychological aspects of fertility behaviour.

ECAFE, Sala Santitham, Banguecoque 2 (Tailândia).

5-9 Julho — ADDIS ABEBA

Associação Internacional das Escolas de Serviço Social: Conferência (5.ª sessão).

BIT, 1 211, Genebra 22 (Suiça).

28 Julho — 2 Agosto — MONTRÉAL

Associação Internacional de Psicologia Aplicada: reunião.

M. G. Desantels, 195 Bloomfield. Outremont, Montréal (Canadá).

1-9 Setembro — ATENAS

The Athenian Institute of Anthropos: 6.º Congresso Internacional de Psiquiatria Social.

Dr. George Vassilian, The Congress Secretariat, The Athenian Institute of Anthropos, 8. Demetrian Douydan, Str., Atenas — 602 (Grécia).

30 Outubro — 2 Novembro — PORPLAND (OREGON)

Gerontological Societty: reunião anual.

E. Kaskowitz, Executive Director, Generontological Society, One Du Pont Circle, Washington, D. C. 20 036 (Estados Unidos).

3-9 Novembro — BUENOS AIRES

International Federation of Fertility Societies: 8:º Congresso Mundial.

IFES, Vicente Lopez 961, Martinez — F. C. N. M., Buenos Aires (Argentina).

3 Novembro — BUENOS AIRES

World Town Planning Day: 25.º aniversário.

Secretary, WTPD. Ourubu 2 905, Buenos Aires (Argentina).

18-30 Agosto — VANCOUVER

Associação Científica do Pacífico: 13.º Congresso (tema: «O futuro do homem no Pacífico»).

13th Pacifc Science Congress, University of British Columbia, Vancouver (Canadá).

Publicações recentes da OCDE

JANEIRO

Principaux indicateurs économiques de l'OCDE. Dezembro de 1963, 10 F.

Les sytèmes d'imposition des sociétés dans les pays Membres de l'OCDE, 156 pp., 20 F.

Statistiques financières de l'OCDE, n.º 7, 1973, tomos I e II, 488 e 350 pp. respectivamente, 80 F o conjunto.

Statistiques pétrolières, 1972, 180 pp., 30 F.

L'utilisation du personel hautement qualifié (Conferência de Veneza, 25-27 de Outubro, 1971), 462 pp., 32 F.

L'enseignement de l'environnement au niveau universitaire, 352 pp., 32 F.

Pour une politique de l'informatique

au niveau des governements centraux, 232 pp., 19 F.

La politique agricole en Australie, 132 pp., 15 F.

La politique agricole en Suisse, 86 pp., 10 F.

OCDE à l'oeuvre pour l'industrie et l'énergie, 52 pp., publicação gratuita.

FEVEREIRO

Principaux indicateurs économiques de l'OCDE, Janeiro de 1974, 10 F.

Statistiques financières de l'OCDE, suplemento 6 A, 1973, 220 pp., 30 F.

Les apports de ressources aux pays en voie de dévélopement, 486, pp., 32 F.

COLAÇO, Francis X. — *Les considérations d'ordre économique et politique et le volume de l'aide publique aux pays en voie de dévelopement*, 128 pp., 12 F.

La société et la maitrise de la technologie, 454 pp., 38 F.

Règles stables — sciences et transmission sociale, CERI, 68 pp., 10 F.

Stratégies d'innovation dans l'enseignement: Canadá, Grèce, Yougoslavie, 80 pp., 9 F.

Classification des systèmes d'enseignement: Canadá, Grèce, Yougoslavie, 80 pp., 9F.

La politique agricole en Belgique, 58 pp., 6 F.

La politique agricole au Canadá, 58 pp., 18 F.

La politique agricole en Yougoslavie, 54 pp., 8 F.

FISHER, Malcom — *Mesure des conflits du travail et leurs répercussions économiques*, 256 pp., 25 F.

MARÇO

Études économiques de l'OCDE, série 1974: Canadá, 56 pp., 5 F.

Principaux indicateurs économiques, de l'OCDE, Fevereiro 1974, 10 F.

Indexation des valeurs à revenu fixe, 64 pp., 10 F.

Les nouveaux systèmes collégiaux au Canadá, 152 pp., 16 F.

Les indicateurs de résultats des systèmes d'enseignement, 122 pp., 11 F.

Les modèles mathématiques du sécteur enseignement, 300 pp., 24 F.

ABRIL

Études économiques de l'OCDE, série 1974, França, 100 pp., 5 F.

Principaux indicateurs économiques de L'OCDE, Março 1974, 10 F.

Statistiques financières de l'OCDE, Suplemento 6 B, 324 pp., 30 F.

Statistiques de l'énergie, 1958 a 1972, 254 pp., 34 F.

Statistiques pétrolières provisoires par trimestre, 3.º trimestre de 1973, 22 pp., 6 F.

Recherche en matière d'économie des transports, vol. VI, n.º 2, 112 pp., preço por assinatura anual: 120 F.

Études de cas d'innovation dans l'enseignement, vol I: a nível central, 662 pp., 45 F.

La politique agricole des Etats-Unis, 120 pp., 13 F.